

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME – SP**

**EDITAL- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025
Proc. Administrativo 1DOC nº 5.200/2025**

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução de serviços de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do município de Leme/SP

FREITAS & MORAIS CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.253.614/0001-52, com sede em Uberlândia – MG à Av. Nicomedes Alves dos Santos, nº 3600, sala 224, Bairro Morada da Colina, CEP: 38.411-106, representada neste ato, por seu sócio administrador, JOÃO BATISTA VIEIRA FILHO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº. 045.392.636-33, residente e domiciliado em Uberlândia – MG, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com amparo no artigo 164 da Lei 14.133/21, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO** pelos fundamentos de fato e de direito, a seguir, expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme constou do Edital, item 4.19, as Impugnações poderão ser interpostas na forma e prazo estabelecidos pelo art. 164 da Lei 14.133/21, ou seja, até o terceiro dia útil antes da data de abertura do certame. Nos termos do item 4.20.22, os prazos serão contados em que “excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento”.

Tendo a abertura do processo sido designada para 18/08/2025 (segunda-feira), interposta a presente até três dias úteis anteriores à data citada, deve ser considerada tempestiva.

II - DOS FATOS:

Após ciência do conteúdo do Edital da licitação, ora em epígrafe, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO foi constatada pela Impugnante divergência do Edital com a lei de licitações e violação aos princípios gerais da administração pública.

Neste sentido, é apresentada a presente Impugnação, a fim de que sejam feitas as alterações e adequações necessárias no presente certame, para propiciar a participação do maior número possível de participantes, em atendimento à finalidade de todo procedimento licitatório, visando à proposta mais vantajosa para a Administração Pública, evitando prejuízos e demandas judiciais desnecessárias. Nesse sentido, apresenta-se as razões a seguir.

III – DA ILEGALIDADE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EDITAL – DESCUMPRIMENTO DO ART. 67 DA LEI DE LICITAÇÃO

Conforme item 4.9.18.2.2.4 do Edital, exige-se que a empresa licitante comprove experiência no fornecimento e instalação de sistema multiaplicações, nos seguintes termos:

4.9.18.2.2.4. Comprovação de experiência no fornecimento e instalação de sistema multiaplicações que integre, em uma única plataforma, no mínimo os seguintes elementos: equipamentos de iluminação pública, sistemas de vídeo, sistemas de telecomunicação (com ou sem fio) e interface de comunicação visual (telas LED ou LCD), demonstrando a capacidade técnico-operacional em serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, conforme estabelecido no art. 67, inciso I e § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, ocorre que o serviço de “fornecimento e instalação de sistema multiaplicações que integre, em uma única plataforma, no mínimo os seguintes elementos: equipamentos de iluminação pública, sistemas de vídeo, sistemas de telecomunicação (com ou sem fio) e interface de comunicação visual (telas LED ou LCD),” não perfaz ou integra parcela de maior relevância e valor significativo do objeto em licitação, sendo que sua exigência para fins de qualificação técnica representa cláusula ilegal que possui condição que restringe e frustra o caráter competitivo do certame de forma contrária ao disposto na Lei de Licitações.

Essa exigência, além de ilegal, é extremamente restritiva e desproporcional, pois refere-se a uma tecnologia ainda incipiente no Brasil, presente apenas em projetos-piloto de grandes centros; não representa o padrão tecnológico nacional, tampouco é exigência legal ou norma técnica regulatória e, ainda, viola o princípio da ampla competitividade, ao impedir a participação de empresas plenamente capacitadas em iluminação pública e projetos urbanos por não possuírem experiência com esse tipo específico de solução multifuncional.

Ainda, essa exigência não diz respeito a parcela de maior relevância, sendo que, conforme a Lei 14.133/21, apenas pode-se exigir comprovação técnica dessa parcela.

A Lei de Licitações entende como parcela de maior relevância:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância OU valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Veja-se que, pela Lei de Licitações, a comprovação de experiência anterior (qualificação técnica) deverá estar estrita e tão somente relacionada com as chamadas “parcelas de maior relevância” ou “valor significativo”, mas **EM MOMENTO ALGUM FOI APRESENTADA A JUSTIFICATIVA DE SE CONSIDERAR A INSTALAÇÃO DE SISTEMA MULTIAPLICAÇÕES COMO PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA.**

Tanto é que no Anexo VI – Cronograma, a instalação de poste multiaplicações configura parcela ínfima da totalidade do objeto com apenas 5 unidades que perfazem a monta de R\$94.891,60 em uma licitação que almeja 28.638 unidades de diversos objetos no montante total de R\$ 6.545.426,47.

Logo, nas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, é dever da Administração apresentar a motivação de suas escolhas, uma vez que a opção de determinados itens, como de maior relevância, em tópicos muito especializados pode acarretar a redução do universo da disputa. No entanto, não há a apresentação de qualquer motivação da Administração para a exigência de sistema multiaplicações.

Assim a Administração não tem liberdade para exigir qualificação quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento.

A exigência de capacidade técnica deve ser fundamentada pela entidade promotora da licitação, demonstrando sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado, de modo a afastar eventual possibilidade de restrição ao caráter competitivo do certame. (TCU - Acórdão 1617/2007 Primeira Câmara - Sumário)

Ainda, em atenção ao art. 67, §9º da Lei de Licitação, em caso de aspecto técnico específico, **pode ser demonstrado por meio de atestados de subcontratadas, o que não aconteceu no edital.**

O sistema multiaplicações consiste em um sistema que integre, numa única plataforma equipamentos, de iluminação pública, vídeo, telecomunicação (com ou sem fio) e comunicação visual (telas LED ou LCD). No caso, esse sistema é instalado junto aos postes multiaplicações.

Dessa forma, nota-se que a instalação do sistema multiaplicações depende de conhecimento técnico diverso e especializado dos serviços de engenharia para instalação de postes e luminárias. Nesse interim, é conclusão comum de que uma empresa que instala um poste não terá a capacidade técnica para adicionar o sistema multiaplicações.

É cristalino o fato de que o que se enquadra como sistema multiaplicações na planilha, qual seja poste multiaplicações, são serviços diversos de apenas obra civil e elétrica, deixando claro o aspecto técnico na prestação do serviço. Ainda, não perfaz a monta de 25% do objeto a ser licitado, devendo, portanto, ser respeitado a normativa legal do art. 67, §9º da Lei de Licitação, a qual autoriza legalmente que essa comprovação técnica seja feita por meio de atestados de subcontratadas.

Por fim, o edital permite a subcontratação até o limite máximo de 30%. Ou seja, o edital PERMITE a subcontratação, MAS NÃO PERMITE A UTILIZAÇÃO DE ATESTADOS DE SUBCONTRATADAS PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO.

Por conseguinte, os atestados de capacidade técnica somente podem ser exigidos em relação ao núcleo do objeto da licitação, características de ordem periférica ou secundária, não fundamentais para o todo, isto é, sem grande relevância e sem valor significativo, não podem ser bases para a elaboração do edital, conforme jurisprudência do TCU abaixo:

Não é cabível a exigência de atestados de capacitação técnica visando à comprovação de experiência para a execução de serviços técnica e materialmente relevantes, passíveis de serem executados apenas por poucas empresas, e que, por circunstância de mercado, já se saiba de antemão que serão subcontratados. (TCU, Acórdão 2992/2011-Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, julgado em 16/11/2011. (grifo nosso)

Diante do exposto, qualquer exigência que venha extrapolar ou não corresponder a tais parâmetros, invariavelmente, incorrerá em ilegalidade e significará ofensa tanto ao caráter competitivo do certame quanto aos demais princípios norteadores da Administração (isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, dentre outros).

A exigência de fornecimento e instalação de sistema multiaplicações SEM A POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE SUBCONTRATADOS restringe a competitividade do processo licitatório. A imposição de uma experiência tão específica limita a participação de empresas que, embora qualificadas e capazes de executar o serviço, iriam subcontratar o serviço técnico específico.

Essa qualificação em discordância com o texto legal poderá acarretar a exclusão de fornecedores que poderiam oferecer soluções inovadoras e eficientes, além de prejudicar a diversidade de propostas e a potencial redução de custos para a administração pública.

Ainda, a restrição à competitividade pode resultar em um aumento dos preços, **já que menos empresas competindo pelo contrato leva a menos opções e maior margem de lucro para os poucos fornecedores que atendem às exigências.** Portanto, se faz indispensável a reavaliação dessa condição no edital, visando garantir um processo licitatório mais aberto e competitivo, podendo não apenas atrair um maior número de propostas, mas também estimular o desenvolvimento de soluções criativas e adaptáveis às necessidades locais, beneficiando a administração pública e a sociedade como um todo.

Portanto, faz-se necessária a correção do edital afim de que seja respeitado os princípios do processo licitatório e, subsidiariamente, do art. 67, §9º da Lei 14.133/21, garantindo a aderência à realidade de mercado e aos princípios licitatórios.

IV - EXIGÊNCIA INDEVIDA DE PROJETO APROVADO ESPECIFICAMENTE JUNTO À CONCESSIONÁRIA NEOENERGIA ELEKTRO

O edital e anexos exigem, como requisito de qualificação técnica, a apresentação de atestado que comprove a elaboração e aprovação de projeto de iluminação pública junto à concessionária Neoenergia Elektro, contendo a instalação de no mínimo 50% do objeto licitado, conforme segue:

- c) Comprovar capacitação técnica-operacional, mediante apresentação de atestados de capacidade em seu nome, junto com a anotação de responsabilidade técnica - ART ou o registro de responsabilidade técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compatíveis com a presente licitação, a que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
 - ii. Elaboração/Aprovação de Projeto de Iluminação Pública junto a concessionária Neoenergia Elektro, contento a instalação de no mínimo 50% do objeto referente;

(página 33 e 34 do Anexo I – Termo de Referência)

Se trata de clara limitação de local específico para a exigência de atestado. Para a exigência de atestados comprovando a elaboração/projeto junto à Concessionária da Neoenergia Elektro, se trata de comprovação de qualificação técnica que seja feita exclusivamente mediante apresentação de atestados emitidos por serviços executados **em determinada localidade geográfica, qual seja nas localidades de concessão da Neoenergia Elektro**, restringindo a aceitação de documentos que não se enquadrem nesse critério territorial.

Tal exigência configura **restrição indevida à competitividade** e afronta diretamente o disposto no **art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**, o qual estabelece que:

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Portanto, a exigência editalícia é manifestamente ilegal, por vincular a validade da experiência técnica a um fator geográfico, qual seja as áreas de concessão da Neoenergia Elektro.

O art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, proíbe de forma categórica a restrição do local de emissão de atestados, exatamente para impedir barreiras artificiais à participação e assegurar que o critério de habilitação se vincule à **capacidade técnica** e não ao endereço do contratante anterior.

A elaboração e aprovação de projetos perante outras distribuidoras de energia comprovaria a experiência técnica na mesma monta de projetos junto a Neoenergia. Tal exigência viola os princípios da isonomia, da legalidade e da competitividade, ao restringir a participação de empresas com ampla experiência em projetos similares, mas que atuam em áreas sob concessão de outras distribuidoras de energia.

Cabe destacar que o Brasil possui dezenas de concessionárias de distribuição de energia, sendo inviável exigir experiência específica com apenas uma delas. Empresas com comprovada atuação e aprovação de projetos em áreas de concessão de outras distribuidoras (Enel, Equatorial, Cemig, Copel, Energisa etc.) possuem qualificação técnica equivalente, apta a garantir a execução do objeto licitado, independentemente do território da concessionária.

Ainda, os procedimentos de aprovação de projetos seguem, em sua maioria, normas técnicas padronizadas (ANEEL e ABNT), havendo pouca variação entre as concessionárias que fundamentassem a necessidade de experiência técnica junto a Neoenergia Elektro.

A restrição afronta os princípios da isonomia e da competitividade, criando impedimentos à ampla concorrência e participação de empresas, prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa. Portanto, há a necessidade de retificação do edital, evitando a existência de cláusulas que ferem o princípio licitatório.

V- DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CADASTRO JUNTO À NEOENERGIA ELEKTRO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

A exigência de que a licitante possua cadastro prévio junto a Neoenergia Elektro como condição para habilitação em processo licitatório configura-se manifestamente ilegal e restritiva, em afronta direta aos princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação.

A legislação estabelece que a fase de habilitação deve se limitar à comprovação da capacidade jurídica, técnica, econômico-financeira e de regularidade fiscal do licitante, sendo vedada a inclusão de exigências que comprometam a competitividade do certame.

No caso, a necessidade de cadastro junto à concessionária de energia elétrica é um requisito apenas como condição para a assinatura do contrato e antes do início da execução, jamais como requisito prévio para que o interessado participe do certame.

A exigência de certificação e cadastro, na concessionária energética, deverá ser comprovada apenas no momento da assinatura da Ata, pelo vencedor definitivo da disputa, fazendo assim, que qualquer licitante que possua o interesse em participar da licitação possa concorrer ao processo público, mitigando gastos das licitantes que por ventura possam concorrer ao processo público e que não se sagraram vencedora do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reiteradamente rechaçado cláusulas editalícias que imponham requisitos desnecessários à habilitação, por entender que tais exigências configuram barreiras artificiais e reduzem o universo de competidores, comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A exigência de cadastro prévio junto à Concessionária para fins de habilitação implica restringir a participação de empresas plenamente aptas a executar o objeto, mas que, por atuarem em regiões distintas ou por não manterem relacionamento comercial anterior com a concessionária específica, ainda não tenham realizado tal cadastramento.

É importante destacar que o cadastro junto a concessionária, quando necessário para a execução dos serviços, é providência que pode ser adotada pelo contratado no período compreendido entre a homologação e a assinatura do contrato, sem qualquer prejuízo à Administração, como inclusive reconhecem inúmeros entendimentos de órgãos de controle e já foi objeto de retificação em editais impugnados por irregularidades dessa natureza.

A exigência de cadastro junto à Concessionária é legal apenas para fins da assinatura do contrato, obedecendo assim as orientações dos órgão de controle e fiscalização, vejamos:

"DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA EM SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO. EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL JUNTO À CEMIG COMO REQUISITO PARA HABILITAÇÃO. INCOMPATIBILIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM A NATUREZA DO OBJETO LICITADO. AUSÊNCIA DE IMPREVISIBILIDADE DA DEMANDA. IRREGULARIDADES. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO PERIGO DA DEMORA E DA FUMAÇA DO BOM DIREITO. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA

*REFERENDADA. 1. O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL COMO FORNECEDOR DA CEMIG **SOMENTE PODERÁ SER EXIGIDO NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, SENDO IRREGULAR A CLÁUSULA EDITALÍCIA QUE PREVÊ A APRESENTAÇÃO DO REFERIDO CERTIFICADO COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES, POR INFRINGÊNCIA AO DISPOSTO NO INCISO DO § 1º DO ART. 3º E NO ART. 30, AMBOS DA LEI Nº 8.666/1993, UMA VEZ QUE IMPOSSIBILITARIA A PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE EMPRESAS COM APTIDÃO TÉCNICA PARA EXECUTAR O OBJETO LICITADO, MAS QUE NÃO POSSUEM O CERTIFICADO**, 2. O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODE SER APLICADO NÃO APENAS PARA COMPRAS, MAS TAMBÉM PARA OBRAS E SERVIÇOS. ENTRETANTO, A ADOÇÃO DESSE SISTEMA PARA SERVIÇO SOMENTE SE JUSTIFICA QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DETERMINAR, DE ANTEMÃO, A DIMENSÃO DO QUE SERÁ CONTRATADO." (Grifos nossos) (TCE-MG - DEN: 1015825, Relator: CONS. ADRIENE ANDRADE, Data de Julgamento: 29/08/2017, Data de Publicação: 06/09/2017)*

Não há na legislação vigente dispositivo que autorize a Administração a condicionar a habilitação técnica-operacional à prévia vinculação a determinada distribuidora de energia. No mesmo sentido, o art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, ao vedar limitações relativas a locais específicos para atestados técnicos, consagra a lógica de impedir que exigências territoriais ou vinculadas a um agente econômico específico interfiram na livre concorrência.

Assim, a imposição de cadastro prévio não só carece de respaldo legal, como contraria o próprio interesse público, pois restringe indevidamente a participação e pode elevar os preços ofertados. A medida adequada, em conformidade com a lei, é prever que o licitante vencedor deverá apresentar, no prazo estabelecido para a formalização contratual, a comprovação do cadastro ou registro junto à concessionária competente, assegurando-se, desse modo, a execução contratual regular, sem violar o direito de participação ampla no certame.

Portanto, é medida de direito a retificação do edital, para exclusão da restrição de participação, não podendo ser exigido o certificado de cadastro junto a concessionária Neoenergia Elektro para fins de habilitação.

VI- DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a V.Sa., que seja processada a presente impugnação nos termos da Lei, para que seja reformulada as cláusulas e condições aqui evidenciadas pertencentes ao Edital e seus anexos, na forma acima requerida, requerendo que seja invalidado o atual certame licitatório em epígrafe, com a expedição de um novo, corrigidas as questões expostas, sendo prorrogados os prazos, respeitando assim todos os princípios administrativos norteadores da referida Lei:

I – Receber e processar a presente Impugnação na forma do que determina a Lei e o respectivo Instrumento Convocatório;

II – Determinar a imediata SUSPENSÃO DO CERTAME ante a impugnação dos documentos exigidos em epígrafe, para fins de corrigir as ilegalidades apontadas na presente impugnação;

III – Afastar todas as irregularidades relacionadas a qualificação técnica-operacional em divergência com normativas em vigor, conforme explanado acima;

IV – Sanar as inconsistências identificadas no edital e seus anexos, tendo em vista que tais informações interferem de forma significativa na formulação das propostas.

Por fim, provida a presente impugnação, requer-se a republicação do Edital contestado, na forma e prazo legal.

Nestes Termos,

Aguarda Deferimento.

Uberlândia, 13 de agosto de 2025

Freitas & Moraes Construtora Ltda
João Batista Vieira Filho
Sócio-Diretor